

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ACTA Nº 20

Aos dezasseis dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, pelas 12 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR).

Presenças: Rui Vieira (PS), Afonso Candal (PS), Ceia da Silva (PS), David Martins (PS), Hortense Martins (PS), Jorge Seguro Sanches (PS), Lúcio Ferreira (PS), Miguel Ginestal (PS), Rita Miguel (PS), Ventura Leite (PS), António Almeida Henriques (PSD), Hugo Velosa (PSD), Mendes Bota (PSD), Rosário Águas (PSD), Helder Amaral (CDS-PP), Agostinho Lopes (PCP), José Gonçalves (PEV), Fátima Pimenta (PS), Jorge Almeida (PS), Jorge Fão (PS), Teresa Venda (PS), José Eduardo Martins (PSD).

Ausências por trabalhos parlamentares: Pedro Nuno Santos (PS), Melchior Moreira (PSD), Luís Fazenda (BE).

Deputados convidados: Helena Pinto (BE).

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira (PS) deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da Acta n.º 17 (8 de Janeiro 2008);**
2. **Programa de deslocação a Região Autónoma dos Açores**
3. **Requerimento do BE (Solicita audição com o Sr. Inspector Geral da ASAE)**
4. **Outros assuntos:**
 - **Informações**
 - **Expediente**

No ponto 1 da OD, relativo à **apreciação e votação da acta n.º 17**, o Sr. Presidente submeteu a referida acta à apreciação dos Srs. Deputados. Não havendo alterações propostas, a acta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente ao **Programa de deslocação à Região Autónoma dos Açores**, o Sr. Presidente deu conta dos dois contributos existentes, dos GP do PS e PSD, e da convergência existente entre ambos. Reafirmou a sua convicção de se poder concretizar a visita ainda durante o mês de Fevereiro. Propôs, finalmente, que a Mesa procedesse aos ajustes necessários às duas propostas, com vista a efectuar uma proposta única. A proposta mereceu o assentimento dos Srs. Deputados.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo ao **Requerimento do BE (Solicita audição com o Sr. Inspector Geral da ASAE)**, a Sr. Deputada Helena Pinto apresentou o Requerimento. De seguida, o Sr. Deputado Afonso Candal, recordando a discussão havida na reunião anterior, reiterou a posição do GP do PS, de prossecução do estabelecido em sede do Plano de Actividades. A Sra. Deputada Rosário Águas manifestou o total acordo com o Requerimento apresentado pelo GP do BE, quanto à sua fundamentação e argumentos apresentados. Considerou, ainda, que a actuação da ASAE

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

justifica a sua comparência em sede da CAEIDR para prestar esclarecimentos quanto à sua actuação, interpretação da Lei e declarações do Sr. Inspector-Geral. Acrescentou não compreender a atitude do GP do PS quanto a dificultar a vinda da ASAE à CAEIDR. Recordou que o Plano de Actividades – conforme fora referido pelo Sr. Presidente – constitui um documento orientador, mas a Comissão deve, igualmente, fazer o acompanhamento da realidade política presente. O Sr. Presidente Rui Vieira esclareceu que o Plano de Actividades não inibe a Comissão de tomar iniciativas políticas decorrentes da oportunidade, porém tem, igualmente, validade por si mesmo, pelo facto de ter sido aprovado pela CAEID. Por seu turno, o Sr. Deputado Helder Amaral expressou o total acordo com o Requerimento do GP do BE, acrescentando que o Plano de Actividades não inibe a Comissão de iniciativa política, caso contrário a Assembleia da República não cumpriria o seu papel. O Sr. Deputado Agostinho Lopes expressou, também, o seu acordo com o Requerimento do GP do BE, quanto às razões apresentadas e motivações, considerando estranho ser necessário apresentar um Requerimento para dar cumprimento ao estabelecido em sede do Plano de Actividades. O Sr. Deputado Afonso Candal subscreveu a intervenção do Sr. Presidente, considerando que qualquer iniciativa política dos Deputados deve ser sujeita ao processo democrático da apreciação e votação. Acrescentou que a questão da ASAE é complexa e deveria ser analisada de forma integrada.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente submeteu o requerimento do GP do BE à votação, tendo este sido rejeitado com os votos contra do PS, tendo o PSD, CDS-PP, PCP e BE votado a favor. Registou-se a ausência do PEV.

De seguida, e tendo dado entrada o Requerimento potestativo do CDS-PP, nos termos do n.º 4 do artigo 104.º do Regimento. O Sr. Deputado Afonso Candal considerou existirem nuances no Requerimento que deveriam ser esclarecidas: a autorização necessária da tutela para a comparência do Sr. Inspector-geral perante a CAEIDR; a audição já prevista do Sr. Ministro da Economia e da Inovação, para 12 de Fevereiro; a importância de harmonizar procedimentos na Assembleia da República, nomeadamente quanto ao agendamento potestativo de diversas entidades, num único Requerimento. O Sr. Deputado Helder Amaral opinou que o GP do PS estava a colocar entraves a um Requerimento potestativo e reforçou o seu carácter de urgência. Deu conta à mesa da sugestão de se apontar uma data indicativa para a audição. O Sr. Deputado Lúcio Ferreira informou a CAEIDR que já está agendada uma audição da SCADRP para dia 29, no âmbito do processo de reforma da DOCAPECA. O Sr. Presidente deu conta do empenho em que a audição do Sr. Inspector-geral da ASAE se realize tão cedo quanto possível.

No ponto 4 da OD, respeitante aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente solicitou a presença dos Coordenadores para uma reunião na terça-feira seguinte, após a reunião da Comissão, com vista a agendar iniciativas previstas no Plano de Actividades.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou o teor do Requerimento do PCP em matéria de licenciamento comercial, aprovado em Setembro de 2007, o qual não fora ainda concretizado na totalidade. O Sr. Deputado David Martins, nesta matéria, deu conta da concretização da audição de um conjunto de entidades na sexta-feira seguinte, no seguimento do referido Requerimento. Considerou que na audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação em 12 de Fevereiro poderia ser abordado o teor do Requerimento. O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou que a CAEIDR aprovara um Requerimento específico do PCP, sendo que a audição do Sr. Ministro a 12 de Fevereiro seria alvo de muitos temas. A Sra. Deputada Rosário Águas usou da palavra para concordar com a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes, considerando não se poder

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

remeter o conteúdo de um Requerimento para uma audição de cada vez que esta se aproxima. Acrescentou que dada a especificidade da matéria não se deveria agregar com as outras temáticas. O Sr. Deputado Afonso Candal considerou não fazer sentido efectuar uma audição específica do Sr. Ministro para cada tema, caso contrário proceder-se-á a um esvaziamento do conteúdo da agenda nas audições periódicas previstas regimentalmente. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou ser necessário efectuar um esclarecimento, caso contrário o Governo passará a gerir a agenda da CAEIDR, nomeadamente em matéria de Requerimentos, em função das audições periódicas.

A Sra. Deputada Rosário Águas solicitou ao Sr. Presidente a solicitação periódica, junto do Gabinete do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, dos pedidos pendentes a membros do Governo, ao que o Sr. Presidente anuiu, estabelecendo uma periodicidade quinzenal para o contacto com o referido Gabinete com vista a esta matéria.

Finalmente, o Sr. Presidente deu conta da necessidade de proceder à apreciação e votação dos Relatórios de Petições pendentes na CAEIDR cujo prazo de tramitação se encontre ultrapassado.

A reunião foi dada por encerrada pelas 14 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)